

José Vieira da Cruz

Em tempos de reforma universitária: a contribuição da União Estadual dos Estudantes Sergipanos (1961-1964)

Resumo

Doutorando em História
Social/UFBA
josevieiradacruz@uol.com.
br

Este artigo examina a participação dos estudantes sergipanos, através de sua entidade estadual, nos debates ocorridos sobre a reforma universitária no período que antecede o golpe civil-militar de 1964, no Brasil. Em termos historiográficos, procura-se articular os acontecimentos ocorridos em torno desta discussão a partir da análise de documentos, memórias e noticiários jornalísticos que enfocam o debate sobre a autonomia universitária e a participação estudantil nos conselhos deliberativos, em particular a partir da contribuição da União Estadual dos Estudantes Sergipanos. A documentação, aliada à bibliografia trabalhada, mostra a necessidade de se analisar, junto aos arquivos das instituições de ensino superior, outros documentos que possam ampliar o horizonte dessa discussão, ao tempo em que reforça o debate acadêmico e político sobre a necessidade de repensar a autonomia universitária a partir de modelos que priorizem a democracia participativa.

Palavras-chave: movimento estudantil, reforma universitária, ensino superior.

Abstract

This article examines the participation of students Sergipe, through their, collective group, during the discussions that took place on university reform in the period before the civil-military coup of 1964 in Brazil. In historiographical terms, this article is a effort to articulate the events around this subject from the analysis of documents, memoirs and news articles that focus the debate on university autonomy and student participation in the deliberative councils, in particular from the contribution of the União Estadual dos Estudantes Sergipanos. The documents, combined with literature studies, show the need to examine, in the archives of institutions of higher education, other documents that may expand the horizon of this discussion, in the same time stimulated the academic and political debate about the need to rethink university autonomy from models that focus on participatory democracy.

Enviado em 31 de agosto de 2009
e aprovado em 29 de setembro de
2009.

Keywords: student movement, university reform, higher education.

Introdução

A presente tese, apresentada pela bancada de Sergipe ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária, constitui a nossa contribuição, dentro de nossas limitações ao estudo do problema do sistema universitário brasileiro (...) a imprescindibilidade da participação do corpo discente no governo das universidades e faculdades, seja no Conselho Universitário, nas Congregações (...) autonomia suficiente do organismo universitário (...). (Tese apresentada ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária, Aracaju, 19 de maio de 1961).

A questão da autonomia universitária, aludida na tese apresentada pela bancada de Sergipe durante a realização do “I Seminário Nacional de Reforma Universitária”, revela a participação destes estudantes universitários no contexto de mobilizações e debates políticos no período que antecede o golpe civil-militar de 1964. A literatura produzida a respeito, não obstante valorizar a importância desta participação, aborda esse debate a partir dos documentos produzidos nos Seminários Nacionais de Reforma Universitária organizados pela União Nacional dos Estudantes e a partir da legislação educacional vigente no período (CUNHA, 2003:175-178; FÁVERO, 1995:35-46; SANFELICE, 1986:17-38). Esse olhar tende a valorizar aspectos gerais deste debate e de suas resoluções, sem explorar, contudo, a repercussão e os desdobramentos acerca da Reforma Universitária nos Estados, em particular de como os estudantes, a partir de suas entidades de representação institucionais e regionais participaram dessa discussão.

O fragmento do documento em apreço faz parte de um conjunto de teses produzidas pelas entidades estudantis dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e de Sergipe, respectivamente, a respeito da Reforma Universitária. Esses documentos, resgatados pelo projeto “Engenharia nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985)”, denominado de PROGEN, revelam a possibilidade de explorar outros olhares a respeito da reforma universitária e de como os estudantes tomaram parte neste debate a partir de suas representações regionais (ZAI-DAN FILHOS & MACHADO, 2007: 30-31). A interpelação desses documentos evidencia, a partir de seu particularismo histórico, a inteligibilidade da relação com o objeto pesquisado, empreendendo, desta forma, o que o historiador social inglês E. P. Thompson (1981:49) denomina de um diálogo intermitente entre as fontes e as hipóteses estudadas.

Dialogando com essa perspectiva, a proposta deste artigo se debruça em torno do documento produzido pela União Nacional dos Estudantes Sergipanos – UEES – a respeito da Reforma Universitária. Entre os documentos resgatados, este é único produzido fora do eixo Sul-Sudeste, razão que o torna representativo do olhar estudantil sobre a Reforma Universitária fora dos mencionados centros urbanos. A interpelação desta fonte será alicerçada também a partir da análise de outros documentos relacionados à história da UEES, de notícias veiculadas na imprensa do Estado de Sergipe, de entrevistas e de pesquisas já realizadas a respeito do movimento estudantil no período em estudo.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é compreender como os estudantes em Sergipe se posicionaram em meio às tensões produzidas por parte da sociedade frente aos debates relacionados às reformas de base, particularmente a reforma universitária, no período que

antecedeu ao golpe civil-militar de 1964 (FICO, 2004: 42-56 ; FERREIRA, 2001: 59-124). Neste sentido, compreender a história e os confrontos de memórias sobre a posição dos universitários em Sergipe no período de 1961 a 1964 se apresenta como uma perspectiva de análise capaz de ressaltar os desdobramentos e as particularidades que envolveram os participantes do movimento estudantil fora dos grandes centros urbanos do país em torno da Reforma Universitária. Logo, esta reflexão enlaça, inicialmente, uma discussão sobre a trajetória da UEES e sua relação com a UNE, em seguida como a UEES se inseriu nos debates nacionais sobre a Reforma Universitária, e, por fim, os ecos dos debates sobre essa reforma em Sergipe.

Entre a UNE e a UEES

Fundada em 1937, a União Nacional dos Estudantes – UNE – não apenas assistiu aos desdobramentos políticos e culturais da sociedade brasileira nos últimos 72 anos, como também protagonizou parte dessa história. Neste sentido, a história de suas reivindicações, mobilizações, lideranças e militantes confunde-se com os debates contra o nazifascismo, as campanhas nacionalistas, os movimentos de vanguarda política e cultural e, particularmente nas últimas décadas, com o esforço em consolidar a democracia, o estado de direito e a justiça social no país (POERNER, 1995, *passim*; ARAÚJO, 2007, *passim*). Filtrados os excessos atribuídos a essa participação estudantil na história brasileira, aspecto devidamente criticado pelo cientista social João Roberto Martins Filho (1987; 1998), a relevância desta participação e a necessidade de avaliar o lugar do movimento estudantil no cenário político e cultural contemporâneo têm estimulado o registro, a produção e interpretação desta memória, a partir não apenas da trajetória da UNE, como também das instituições de representação regionais dos estudantes, e dos diversos e diferentes movimentos e experiências nas quais os estudantes brasileiros evidenciaram sua posição política e cultural. Parte desta história tem nas Uniões Estaduais dos Estudantes – UEE's – entidades estudantis organizadas em cada Estado, uma rede de articulações, desdobramentos e particularidades importantes para se entender o movimento estudantil brasileiro como um movimento social de âmbito nacional que ocorre dentro e fora dos grandes centros urbanos do país. O breve resgate da trajetória da União Estadual dos Estudantes Sergipanos é um exemplo, ainda que pontual, desta dimensão.

Essa trajetória tem seu ponto de partida nos primeiros anos da segunda metade do século XX com a efetivação das instituições de ensino superior e, conseqüentemente, a formação das primeiras turmas de estudantes universitários. Até então, a formação universitária, em Sergipe, era reservada àqueles que tivessem recursos ou algum tipo de patrocínio pessoal para completar seus estudos universitários em outros estados da federação ou fora do país (SILVA, 2004:1-2). A mudança dessa perspectiva teve início com a criação das Faculdades de Ciências Econômicas e de Química, mantidas com recursos do Estado no final da década de 40; da Faculdade de Direito, surgida como uma sociedade civil na década de 50, sendo depois federalizada; das Faculdades Católicas de Filosofia e Serviço Social, organizadas pela diocese também na década de 50, e da Faculdade de Medicina mantida pela Fundação de Ensino Médico de Sergipe no início da década de 60 (ROLLEMBERG & SANTOS, 1999, *passim*).

Por outro lado, concomitantemente à efetivação das instituições de ensino superior

não confessionais desenvolveram-se, também, as primeiras agremiações universitárias a exemplo do Centro Acadêmico Sílvia Romero – CASR, fundado em 17 de maio de 1951, pouco tempo depois da criação da Faculdade de Direito em Sergipe –, do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo – fundado em 2 de junho de 1951 –, ligado à Faculdade Católica de Filosofia, do Diretório Acadêmico de Medicina “Dr. Augusto César Leite” – fundado em 05 de abril de 1961 –, ligado à Faculdade de Medicina, do Diretório Acadêmico de Química “Dr. Antônio Militão de Bragança”, ligado a Faculdade de Química. Além disso, há registros da existência e funcionamento do diretório acadêmico de Serviço Social e Ciências Econômicas.

Seguindo o ritmo de criação dos centros acadêmicos, ainda em dezembro de 1951 é realizado o “I Congresso dos Estudantes de Sergipe” com representações de alunos dos cursos superiores então existentes no Estado (Jornal *Academus*, 21/12/1951). Iniciava-se, assim, o processo de constituição da entidade de representação dos universitários sergipanos e, sobretudo, observa-se a somação de estudantes universitários e secundaristas na configuração de um segmento social que tomava, gradativamente, consciência de si e de sua importância para a sociedade nacional e local. Embora esse segmento não se defina, a rigor, como uma representação sindical, a sua tomada de consciência deriva daquilo que Thompson assevera, sem radicalismos, como resultante dos “processos sociais através dos tempos” (THOMPSON, 2001:270).

De acordo com o estatuto, a organização da UEES comportaria três instâncias deliberativas: o Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe, órgão máximo da entidade, a ser realizado no período referente à primeira quinzena do mês de setembro de cada ano; a Diretoria da UEES, eleita no Congresso da entidade para um mandato anual, iniciados nos meses finais do ano e estendendo-se, em observância às datas previstas para realização dos Congressos da entidade, até fins do ano subsequente; e, por último, como instância fiscalizadora, o Conselho de Representante, composto por estudantes indicados pelos Diretórios Acadêmicos. Segundo esta constituição, a UEES passaria a ser a “entidade máxima de representação dos estudantes de estabelecimentos de ensino superior do Estado de Sergipe” (Constituição da UEES, 1954:3), sendo, desde seu início, filiada à UNE.

A exemplo das demais UEE's, as atribuições legais desta entidade representativa dos estudantes universitários em Sergipe estariam voltadas para a defesa dos interesses dos estudantes universitários e deveriam primar pelos seus direitos. A entidade estaria incumbida também de organizar e promover eventos que elevassem o nível cultural e a solidariedade entre os seus membros, além da defesa dos interesses nacionais que visassem “a prosperidade da Pátria ou o bem estar do nosso Povo” (*Idem*:3-5). Autonomia e sintonia parecem ter sido características que enlaçaram a UEES e a UNE. Essa autonomia dizia respeito a sua organização, funcionamento e capacidade de mobilização e debate em torno de temas de interesse mais próximos.

Um exemplo da sintonia da UEES com as lutas nacionais levantadas pela UNE foi o apoio conferido ao “Manifesto da UNE sobre o Petróleo”, amplamente difundido pela imprensa estudantil do período (Jornal *Academus*, 1952, nº 4). De modo ainda mais evidente, a participação dos estudantes universitários sergipanos, através da UEES, mostrava-se ainda mais enlaçada nos debates relacionados aos Seminários Nacionais de Reforma Universitária e nos Seminários Estaduais de Reforma Universitária ocorridos em

Sergipe no início dos anos 60.

Este quadro de preocupações é acentuado a partir de 1958, quando da realização do VIII Congresso Estadual dos Estudantes. Naquela oportunidade, assumia a diocese de Aracaju, Capital do Estado, D. José Vicente Távora, religioso sensível às problemáticas sociais e muito próximo das posições de D. Helder Câmara (NASCIMENTO, 2008: 62-64). A presença do “bispo dos operários”, como D. José Vicente Távora era conhecido, nesse congresso parece ter sido decisiva nas discussões em defesa do funcionamento da Faculdade de Medicina, a sexta a ser criada no Estado, atingindo assim “o mínimo exigido para a criação da Universidade de Sergipe, o que iria consolidar nossas faculdades e livrar-nos da ameaça de fechamento” (Jornal *Academus*, setembro de 1958). Mas não apenas isso, ele foi também um motivador das participações dos universitários em torno das questões relacionadas à democratização do ensino superior e dos movimentos de educação e cultura popular.

A UEES no contexto da Reforma Universitária

A partir do início dos anos 60, o movimento estudantil sergipano passaria “por um período de ebulição política” (Alexandre Diniz, líder estudantil da época, entrevistado em 12/03/1998). Com a renúncia de Jânio Quadros, alguns setores mais conservadores da sociedade brasileira criaram oposição à posse do vice-presidente João Goulart. No outro extremo foi criada, sob a liderança de Leonel Brizola, a Campanha da Legalidade para garantir a posse de João Goulart, e como solução para o impasse gerado foi implantado, no Brasil, o regime parlamentarista de governo, como forma de mediatizar a situação. Esse sistema, contudo, não resistiu ao clima conturbado que o país atravessava sendo, no ano de 1963, derrotado através de um plebiscito. A partir de então, João Goulart reassumiria, com plenos poderes constitucionais, o posto de presidente da república. Dentro desta perspectiva, João Goulart procurava se equilibrar frente aos debates que sociedade brasileira travava em torno das discussões sobre as reformas de base (TOLEDO, 2004: 15-17; FERREIRA, 2004: 191-194).

Em Sergipe, após dois mandatos udenistas consecutivos, ganha a eleição para governador do Estado uma coalizão de forças políticas que uniu PSD, PR, PRT, PTR, PSB, PDC e uma dissidência da UDN formando a Aliança Social Democrática – ASD. Essa correlação de forças elegeu, para o mandato que se iniciava em 1963, o governador João de Seixas Dória. Dentro desse cenário político, o movimento estudantil sergipano atravessaria um período de greves, mobilizações populares em torno de campanhas de educação e cultura popular, e de debates em torno da Reforma Universitária, particularmente, os relacionados à criação do que viria a ser a primeira universidade de Sergipe (DANTAS, 1989: 270 -295).

O acentuamento desses debates e mobilizações culminou com o golpe de 1964, produzindo efeitos nas mais diferentes esferas da política brasileira. Em Sergipe, esses novos rumos não evidenciaram um movimento revolucionário de caráter armado, não obstante o Estado ter um governador afinado com o discurso das reformas, um bispo progressista que estimulava os movimentos de educação e cultura popular e a organização dos camponeses, e de setores da grande imprensa simpáticos à causa socialista (DANTAS, 1997: 13).

Situação diferenciada do que parece ter ocorrido, por exemplo, na Bahia, estado em que os arranjos e desarranjos do jogo político tornaram-se contraditórios e oportunistas. Avaliando o governo de Lomanto Júnior, o historiador Muniz Ferreira descreve as contradições que permeavam o jogo político baiano às vésperas do 31 de março de 1964. Eleito pela coalizão UDN-PTB que havia derrotado o candidato Waldir Pires do PSD, Lomanto Júnior equilibrava-se como um “algodão entre cristais”. Apoiado pela elite agrária, advogava em favor dos problemas nacionais, foi a favor do presidencialismo de Jango, e da criação da SUDENE. Mas, pela própria natureza dos compromissos políticos assumidos pelo seu eleitorado estadual, defendia que a resolução destes problemas deveria ser descentralizada, cabendo a cada Estado encontrar os encaminhamentos mais adequados (FERREIRA, 2005:86-91).

Embora tomado de surpresa com o golpe de 1964, Lomanto Júnior não demorou e aderiu à causa da “Revolução”, evitando, com isso, o destino de alguns governadores de sua época, a exemplo de Seixas Dória governador de Sergipe e Miguel Arraes de Pernambuco, que foram presos, processados e perderam os seus mandatos. Neste particular, é importante acentuar a atuação exercida pela Igreja Católica neste processo anterior e posterior ao golpe. A Igreja Católica na Bahia, diferentemente da Igreja Católica em Sergipe, havia desencadeado um campanha sistemática contra as reformas do governo Jango e a suposta ameaça da comunização do país.

Em meio a essa configuração política, também deve-se levar em consideração, no jogo de correlação de forças das entidades estudantis universitárias, o interesse dos alunos de cada faculdade. Pode-se tomar como exemplo o slogan da gestão da UEES no período de 1960/1961, postulando a necessidade de “Sergipe precisa ter uma universidade” (Circular 01-60/61). Embora tenha sido uma proposta defendida por esta entidade, no âmbito das faculdades havia divergências a este respeito.

No caso dos alunos da Faculdade de Direito que já estavam em uma instituição federalizada, a luta pelo fortalecimento das outras faculdades, sob a forma de uma universidade, não despertava grande interesse. Segundo Zelita Correia Rodrigues, liderança estudantil do curso de Direito (Entrevistada em 04/08/98), temiam-se que os recursos da Faculdade de Direito e Química, as mais bem estruturadas e freqüentadas no período, fossem parar na bolsa comum da universidade, implicando na perda de qualidade daqueles cursos.

Já no caso das Faculdades Católicas, o interesse na criação da universidade em Sergipe vinha desde o VIII Congresso da entidade em 1958, quando o bispo D. José Távora, figura exponencial para se compreender os movimentos sociais ligados à igreja católica na época, mostrava preocupação com o funcionamento das faculdades isoladas, que sofriam com a falta de recursos e eram pouco freqüentadas. Segundo o professor, membro da Liga Intelectual Católica e presidente do sindicato dos professores do Estado, José Silvério Leite Fontes (Entrevistado em 10/08/98), nos anos 50 existiam turmas com apenas dois ou três alunos. A posição dos alunos das Faculdades Católicas, em especial da Faculdade de Filosofia, segundo o estudante de Letras e diretor cultural da Rádio Cultura Clodoaldo Alencar Filho (Entrevistado em 15/09/98), voltava-se para a defesa da criação de uma universidade em Sergipe mantida com recursos federais.

Desta forma, na passagem de uma gestão a outra na direção da UEES, “a eleição não obedecia apenas às disputas entre as correntes políticas, existia também uma

política das faculdades no sentido de se alternarem” (Alexandre Diniz, entrevistado em 12/03/98). Em torno dessa configuração, quando a direção da UEES estava sendo ocupada por estudantes das faculdades católicas ou recebendo seu apoio, a criação de uma universidade em Sergipe era defendida com mais vigor.

Considerando que a partir de 1960 a JUC passa a atuar dentro de uma perspectiva política partidária, formando inclusive quadros para a Ação Popular, que logo romperia com a cúpula da Igreja Católica, e passando a ocupar a direção das entidades estudantis tanto nos centros e diretórios acadêmicos como na direção da UEES, observa-se nos documentos e atividades relacionadas ao debate sobre a Reforma Universitária a forma de agir e interpretar destes jucistas mais engajados. Evidentemente, o movimento estudantil em Sergipe não foi exclusivo de universitários, os secundaristas também tomaram parte em muitas atividades de mobilização e de debates, entretanto, para efeito de estudo este artigo toma como escopo a instituição dos estudantes universitários. Do mesmo modo, o movimento estudantil em Sergipe não foi composto apenas pelos jucistas, além desses que já se dividiam entre si em razão das faculdades a que pertenciam ou da proximidade de uma ou outra ala da Igreja, também havia os militantes mais próximos aos partidos de esquerda, aos nacionalistas e mesmo aos que reservavam uma postura mais independente. O elo social entre eles também se configurou por conta dos laços de coleguismos, amizade, vizinhança e mesmo de algum tipo de parentesco. Laços que se mostram em algumas oportunidades mais fortes e outras menos fortes que as ideologias, os credos religiosos, a posição partidária.

Discutindo a Reforma Universitária

Por que se apresenta neste momento com tamanha importância a questão da reforma universitária? Visivelmente esta é, hoje, a maior preocupação da consciência estudantil, que a deseja esclarecer, debatendo-a em sucessivas reuniões promovidas pela União Nacional dos Estudantes. Por que isso aconteceu? (PINTO, 1986: 11).

No Brasil, essa discussão é anterior à instalação da ditadura militar, quando o movimento estudantil passou a reivindicar que um terço das representações nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior fosse composto por estudantes. Esta forma de representação política paritária nas instâncias deliberativas das universidades significaria a possibilidade de um novo tipo de gestão com a participação dos estudantes na construção de um modelo de universidade pública, gratuita e popular. Os debates acerca da reforma universitária e, conseqüentemente, de sua expansão e democratização descortinariam aquilo que o pensador, ligado ao Instituto Superior Brasileiro, Álvaro Vieira Pinto, colocou como necessário para “construir a verdadeira universidade de que o povo brasileiro necessita, como de um dos mais importantes instrumentos para a conquista de sua cultura, riqueza e liberdade.” (PINTO, 1986:10).

Uma problemática que, segundo a socióloga Marialice Foracchi (1972:160), dimensionaria a relação da juventude universitária a partir da confluência dos planos: pessoal, institucional e o societário. A construção de modelos de gestão participativa, em alta na agenda de discussões universitárias nos idos da década de 1960 em vários

países, com a proposta do estabelecimento de uma representação estudantil paritária nas esferas deliberativas das Instituições de Ensino Superior no Brasil, encontrava resistências institucionais e corporativas. Essa perspectiva consolidaria no contexto de instalação da ditadura militar, limitando e, sobretudo, negando o modelo de democracia representativa nas universidades brasileiras. Para Dermeval Saviani, a herança deste período “acabou por implicar a circunscrição do problema da universidade aos limites da democracia liberal burguesa.” (SAVIANI, 1985:2).

No período que vai de 1961 a 1964, paralela à questão da criação de uma universidade em Sergipe defendida pelos estudantes e por grande parte da sociedade, estavam também em foco às discussões que vinham ocorrendo em âmbito nacional, sobre a reforma do ensino universitário. A UNE, neste momento, promovia Seminários Nacionais da Reforma Universitária, nos quais se questionava o papel da universidade brasileira para o desenvolvimento do país. O primeiro destes seminários, ocorrido na cidade de Salvador em maio de 1961, resultou na Declaração da Bahia. O “II Seminário de Reforma Universitária”, ocorrido na cidade de Curitiba em março de 1962, consolidou a discussão sobre a reforma universitária com a publicação da Carta do Paraná, documento que conclamaría os estudantes a participarem de uma greve nacional pela representação estudantil de um terço, nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior (FÁVERO, 1995: XCVI). Além deste documento, o lançamento de outras publicações em nível nacional instigou não somente a questão da reforma universitária como também a discussão da realidade brasileira. Um exemplo desta ordem foi o lançamento, em Sergipe, do livro “A Questão da Universidade” de Álvaro Vieira Pinto. Obra esta que abriu uma série de lançamentos de publicações distribuídos pela UNE (BERLINCK, 1984:36-38; RIDENTI, 2000: 113-115).

Articulada a estratégia de publicações, a UNE apoiou as atividades do Centro Popular de Cultura, que percorreu o país, através da chamada UNE-Volante, promovendo debates sobre a questão universitária e a reivindicação de um terço de participação estudantil nos conselhos deliberativos, e, dentro de uma proposta de arte engajada, espetáculos teatrais e musicais. A UNE-Volante passou por Sergipe pela primeira vez em abril de 1962, retornando em maio de 1963 (CRUZ, 1999: 102).

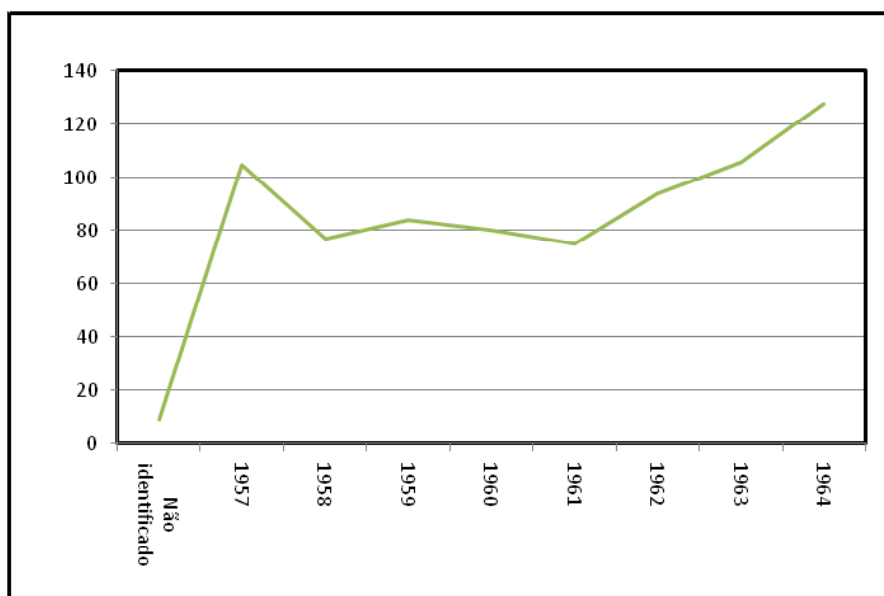
Em torno desta atmosfera de mobilizações, a UEES participou dos seminários nacionais organizados pela UNE para discutir a reforma universitária. Essa participação não se limitou apenas a incorporar e reproduzir experiências fomentadas pela direção nacional do movimento estudantil. O documento elaborado pela bancada de Sergipe para o seminário de reforma universitária realizado em Salvador, resgatado pelo projeto “Engenharia nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985)”, revela que as experiências fomentadas pelos estudantes universitários em Sergipe, no que tange ao debate institucional para obtenção de uma representação de um terço nos colegiados das instituições de ensino superior, a preocupação em efetivar o ensino superior no estado através da criação de uma universidade e a necessidade dos estudantes se envolverem também nas campanhas de educação e cultura popular, parecem ter alicerçado os argumentos da proposta encaminhada pela UEES à apreciação de outras bancadas presentes nos seminários apontados.

A discussão em tela não pretende dimensionar a centralidade do papel da bancada de Sergipe nos debates e na elaboração do texto básico que resultou o seminário já

mencionado – no caso a Declaração da Bahia –, mas pontuar a contribuição de um olhar fomentado fora do eixo Sul-Sudeste sobre a questão da reforma universitária. Embora pareça lugar comum pensar a história nacional a partir dos grandes centros urbanos, é importante analisar não apenas o olhar do centro sobre a periferia como também o inverso. É neste inverso, como diria Berman (1998), ao discutir a modernidade na periferia, como foi o caso por ele estudado do esforço russo em tornar São Petersburgo uma janela para a modernidade, que se pode, quiçá, encontrar também luzes para entender um Brasil mais plural e diverso. Assim como também são plurais e diversos os movimentos dos quais os estudantes e os jovens tomam parte.

O documento em apreço se divide em três partes. Elas versam sobre aspectos diferentes acerca dos debates sobre a reforma universitária que ocorreu em Salvador em 1961. A primeira parte versa sobre o sistema universitário, em particular sobre a questão do exame, da política de aprovação, do currículo e dos programas de ensino, e, por fim, da política de assistência estudantil. A segunda focaliza a necessidade de formulação de um projeto político para discutir a reforma universitária. E a terceira aponta a necessidade da participação dos estudantes nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior. Nestes documentos, datados de 18 e 19 de maio de 1961, uma semana antes da realização do seminário que daria origem à Declaração de Salvador, a UEES encaminhava a identificação de problemas e possíveis soluções frente a questões que deveriam contribuir para melhorar o sistema de ensino universitário, ao passo que criticava como o sistema de ensino superior excluía e limitava a possibilidade de ocupação das poucas vagas ofertadas pelas faculdades (ver gráfico 1).

Gráfico 1: Matrícula por ano de entrada nas instituições de ensino superior em Sergipe no período de 1957 a 1964.



Fonte: Dossiês individuais dos alunos matriculados entre 1957 a 1964. In: Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe.

A disposição dos dados de matrícula por ano de entrada dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior em Sergipe, no período de 1957 a 1964, revela uma variação no número de matrículas iniciais de 105, em 1957, a 128, em 1964. Os dados revelam oscilações decrescentes entre os anos de 1957 a 1961, cujo índice de matrícula atingiu o número de 75 matrículas, menor índice em toda série histórica analisada, considerando que no período pesquisado foi criada a faculdade de Medicina, pode-se inferir que as vagas ofertadas não estavam sendo preenchidas.

Já o índice de matrícula, no período de 1962 a 1964, oscila positivamente de 94 matrículas, em 1962, 106 matrículas em 1963 até atingir o número de 128 alunos matriculados em 1964. Esse crescimento do número de matrículas iniciais coincide com o período em que os estudantes, através da UEES, passam a questionar o excesso de rigor nos exames vestibulares que cada faculdade aplicava, a exigir alojamento e alimentação para os estudantes que necessitassem de assistência estudantil e a reivindicar o preenchimento das vagas existentes (CRUZ, 2003:116). Questionamentos perceptíveis nos argumentos da tese elaborada pela bancada de Sergipe para o Seminário Nacional de Reforma Universitária ocorrido em Salvador em 1961.

No que tange à reforma universitária, a bancada de Sergipe propôs a “movimentação da massa universitária” para que “num movimento que não fique só na cúpula mas que atinja toda a massa universitária” (Tese da Bancada de Sergipe para I Seminário Nacional de Reforma Universitária:3). Para eles, era necessário esclarecer ao conjunto dos estudantes da importância da autonomia financeira, administrativa e didática das instituições de ensino, que a autonomia universitária deveria ser co-partilhada com os estudantes que além de fiscalizar também deveriam propor encaminhamentos para os problemas de suas instituições. A importância dessa discussão consiste em alargar o entendimento a respeito da concepção de que o movimento estudantil não é um movimento social homogêneo, uniforme e invariável, uma vez que ele representa a síntese dialética das forças políticas latentes na luta dos estudantes em meio aos debates institucionais e sociais do lugar e do tempo em que atuam e pensam seus projetos de vida e de sociedade. Neste sentido, como colocou Albuquerque Júnior (1977), é preciso entender os diferentes projetos e interesses engendrados pelos estudantes na tessitura dos processos sociais de que tomam parte.

Ecos da Reforma Universitária em Sergipe

Em Sergipe os ecos da reforma universitária motivaram a organização de dois seminários estaduais. No primeiro, realizado na cidade de São Cristóvão, foram discutidos temas como: a teoria da Reforma Universitária, a crítica da Universidade em Sergipe, e a política para a Reforma Universitária (Jornal Gazeta, 27/04/1962). Articulados com os debates nacionais, os universitários sergipanos prepararam-se para a greve geral que reivindicou a ampliação da representação estudantil nos órgãos deliberativos das Instituições de Ensino Superior, deflagrada no dia primeiro de junho (Jornal Gazeta 30/05/1962). Além da ampliação da representação estudantil, os estudantes reivindicaram o fim do sistema de cátedra nas congregações de ensino superior. Movidos por estas bandeiras, a greve se estenderia em todo país por mais de 40 dias (Jornal Gazeta 10/08/1962).

De um modo geral, a greve não conseguiu grandes resultados, sendo extremamente desgastante para a UNE e suas representações estaduais (LIMA E ARANTES, 1984: 22-

23). Entretanto, no âmbito regional, como foi o caso de Sergipe, houve ganhos pontuais. Como caberia a cada instituição de ensino atender ou não às reivindicações dos estudantes em greve, algumas instituições atenderam em parte à solicitação dos estudantes. Em Sergipe, as Faculdades de Medicina e Ciências Econômicas parecem ter vislumbrado, ainda que parcialmente, essa perspectiva (Jornal Gazeta, 08/06/1962).

Passados os efeitos da greve por um 1/3 ainda em fins de 1962, os estudantes universitários e secundaristas já anunciavam os passos a serem trilhados pelo movimento estudantil no ano vindouro. Os debates em torno da Reforma Universitária teriam estimulado, segundo Alexandre Diniz, líder estudantil e presidente da UEES no período (Entrevistado em 12/03/1998), os estudantes sergipanos a intensificarem as discussões sobre a necessidade de criação de uma universidade em Sergipe, inclusive discutindo “se o seu modelo ia ser uma autarquia ou fundação”. Esta idéia veio a se consolidar durante a realização do II Seminário Estadual de Reforma Universitária, ocorrida na cidade de Santo Amaro das Brotas, em junho de 1963. Nesta ocasião, foi elaborada a “Declaração de Santo Amaro”. Essa declaração sintetizou as deliberações dos vários segmentos estudantis em Sergipe.

Com o golpe civil-militar, todo esse processo começou a ser desarticulado, logo em abril de 1964, a sede da UEES foi invadida e nos anos seguintes foi transformada em Diretório Estadual, sob a força da Lei Suplicy de Lacerda, vindo depois a desaparecer. A Universidade de Sergipe foi criada sob a forma de fundação, mas seu projeto de autonomia e gestão democrática com a participação de estudantes foi enquadrado à luz da Doutrina de Segurança Nacional. Interrompia-se, desse modo, a construção de um projeto político-cultural pensado a partir da sociedade brasileira.

Considerações Finais

Frente a uma tradição política em que a formação do Estado antecedeu a constituição da sociedade, experiências deste porte tornam-se significativas para entender como a sociedade civil se desenvolveu e se fortaleceu no Brasil. Esse horizonte de idéias e experiências desenvolve-se em um momento histórico marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e com ela os ventos de liberdade política que passaram a soprar sob os escombros ou fissuras dos regimes totalitários, ainda que limitados pela instalação do conflito militar entre o Oeste e o Leste, a chamada Guerra Fria. Sob os ventos desta nova ordem mundial, o Brasil encerrava o período da ditadura do Estado Novo e assistia ao fortalecimento da sociedade civil que despontava através de partidos políticos, movimentos sociais e, dentre esses, sindicatos, ligas camponesas e o movimento estudantil.

O estudo da participação dos estudantes sergipanos, através de sua entidade estadual, nos debates ocorridos sobre a reforma universitária no período de que antecede o golpe civil-militar de 1964, a partir da análise de documentos, memórias e noticiários jornalísticos, descortina a sintonia, a interação e, em maior ou em menor grau, a peculiaridade que o debate sobre a reforma universitária alcançara em Sergipe.

Desta forma, ao ressaltar a riqueza dessa documentação e a importância da bibliografia trabalhada, esta reflexão mostra que este é ainda um tema em aberto. Ao chamar a atenção para fato de que a interpretação desse material precisa ser devidamente aprofundada, em particular, levanta a necessidade de buscar junto aos arquivos das instituições de

ensino superior outros documentos que possam ampliar o horizonte dessa discussão, ao tempo em que reforça o debate acadêmico e político sobre a necessidade de repensar a autonomia universitária a partir de modelos que priorizem a democracia participativa. Nesta perspectiva, o presente estudo colabora para o entendimento de que movimentos sociais de dimensão nacional, como o estudantil, podem ser melhor compreendidos a partir do diálogo entre pesquisas produzidas em diferentes partes do país.

BIBLIOGRAFIA

- ALBURQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e a consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 198 p.
- ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007, 302 p.
- BERLINCK, Manoel T. *O Centro Popular de Cultura da Arte da UNE*. Campinas, Papyrus, 1984, 120 p.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 360 p.
- CRUZ, José Vieira da. “O engajamento político-cultural dos estudantes sergipanos início do anos 60” in: *Caderno do Estudante*. São Cristóvão, V. 2, pp.99-113, 1999.
- _____. *Juventude e Identificação Social: Experiências Culturais dos Universitários Em Aracaju/SE (1960-1964)*. 2003. Dissertação. Núcleo de Pós-graduação em Ciências Sociais, UFS, São Cristóvão, 2003, 157 p.
- CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciono Mendes; VEIGA, Cynthia Greiva. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp.151-204.
- DANTAS, Ibarê. *Os Partidos Políticos em Sergipe: 1889-1964*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, 341 p.
- _____. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. 334 p.
- _____. *A Tutela Militar em Sergipe, 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, 363 p.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em Tempos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, 75 p.
- FERREIRA, Muniz Gonçalves. A guinada na Bahia, com o golpe de 1964. *História Viva*,

São Paulo, v. 26, 2005, pp. 86-91.

FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 59-124.

_____. “A estratégia do confronto: a frente de Mobilização Popular”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, nº24, pp. 181-212, 2004.

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, nº24, pp. 29-60, 2004.

FORACCHI, Marialice M. *A juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972, 168 p.

LIMA, Aroldo e ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-omega, 1984, 176 p.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. São Paulo: Papirus, 1987, 215 p.

_____. *1968 faz 30 anos*. Campinas/SP: Mercado das Letras; Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998, 168 p.

NASCIMENTO, Isaias. *Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além do seu tempo*. São Paulo: Paulinas, 2008, 252 p.

PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, 102 p.

POERNER, Artur José. *O poder jovem*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 346 p.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. São Paulo: Record, 2000, 458 p.

ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares & SANTOS, Lenalda Andrade (Org.). *UFS: História dos Cursos de Graduação*. São Cristóvão/SE. 1999, 82 p.

SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, 213 p.

SAVIANI, Dermeval. “Prefácio”. In: PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, pp. 5-7.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. *A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)*. 2004. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação, UFS, São Cristovão, 2004, 92 p.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução Walten Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, 232 p.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: UNICAMP, 2001, 286 p.

TOLEDO, Caio Navarro. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, nº24, pp. 13-28, 2004.

ZAIDAN FILHO, Michel & MACHADO, Otávio Luiz. *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: UFPE, 2007, 260 p.